

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

HEALTH CARE FOR CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN PUBLIC HEALTH SERVICES

ATENCIÓN A LA SALUD DE NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN LOS SERVICIOS DE SALUD PÚBLICA

Stefany Hendrix Rodrigues¹
Maria Clarice de Jesus Santos²
Dean Douglas Ferreira de Olivindo³

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação social, dificuldades de interação e comportamentos repetitivos e restritivos. No contexto brasileiro, o Sistema Único de Saúde é o principal responsável pela assistência às crianças com Transtorno do Espectro Autista, tendo a Atenção Primária à Saúde como porta de entrada para o acolhimento, triagem e acompanhamento. Contudo, persistem desafios relacionados à capacitação profissional, à detecção precoce, à carência de serviços especializados e às desigualdades regionais que comprometem a continuidade do cuidado. Assim, objetivou-se analisar as evidências científicas sobre a assistência prestada às crianças com Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com base em uma análise dos dados realizada de forma descritiva e crítica, visando sintetizar as principais evidências e apontar caminhos para o aprimoramento dos serviços. A pesquisa evidenciou avanços no diagnóstico precoce e na implementação de estratégias de intervenção para crianças com Transtorno do Espectro Autista, especialmente em áreas urbanas. Contudo, permanecem desafios estruturais, como desigualdades regionais, carência de profissionais capacitados, sobrecarga nos serviços especializados e fragilidades no acompanhamento contínuo. Observa-se que a capacitação de cuidadores, o uso de métodos de comunicação alternativa e a intervenção precoce constituem elementos-chave para a efetividade do cuidado, embora ainda restritos a contextos específicos. Conclui-se que a superação dessas lacunas demanda políticas públicas mais consistentes, protocolos nacionais de triagem, ampliação da rede de serviços e integração intersetorial, de modo a assegurar um atendimento integral, equitativo e humanizado às crianças com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias.

1599

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Saúde Pública. Diagnóstico Precoce. Políticas de Saúde.

¹Graduanda em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA);

²Graduanda em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA);

³Enfermeiro. Advogado. Mestre em Enfermagem-UFPI. Especialista em Saúde da Família-UFPI. Docente e Orientador do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

ABSTRACT: Autism Spectrum Disorder is a neurodevelopmental condition characterized by deficits in social communication, difficulties in interaction, and repetitive and restrictive behaviors. In the Brazilian context, the Unified Health System is the main provider of care for children with Autism Spectrum Disorder, with Primary Health Care serving as the entry point for reception, screening, and follow-up. However, challenges persist related to professional training, early detection, lack of specialized services, and regional inequalities that compromise the continuity of care. Thus, the objective was to analyze scientific evidence on the care provided to children with Autism Spectrum Disorder. This is an integrative literature review based on a descriptive and critical analysis of data, aiming to synthesize the main evidence and identify strategies for improving services. The research revealed progress in early diagnosis and in the implementation of intervention strategies for children with Autism Spectrum Disorder, especially in urban areas. However, structural challenges remain, such as regional inequalities, a shortage of trained professionals, overload in specialized services, and weaknesses in continuous follow-up. It is observed that caregiver training, the use of alternative communication methods, and early intervention are key elements for effective care, although still limited to specific contexts. It is concluded that overcoming these gaps requires more consistent public policies, national screening protocols, expansion of the service network, and intersectoral integration to ensure comprehensive, equitable, and humanized care for children with Autism Spectrum Disorder and their families.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Public Health. Early Diagnosis. Health Policy.

RESUMEN: El Trastorno del Espectro Autista es una condición del neurodesarrollo caracterizada por déficits en la comunicación social, dificultades de interacción y comportamientos repetitivos y restrictivos. En el contexto brasileño, el Sistema Único de Salud es el principal responsable de la atención a los niños con Trastorno del Espectro Autista, siendo la Atención Primaria de Salud la puerta de entrada para la acogida, el cribado y el seguimiento. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con la capacitación profesional, la detección precoz, la falta de servicios especializados y las desigualdades regionales que comprometen la continuidad de la atención. Así, el objetivo fue analizar la evidencia científica sobre la atención brindada a los niños con Trastorno del Espectro Autista. Se trata de una revisión integradora de la literatura, basada en un análisis descriptivo y crítico de los datos, con el propósito de sintetizar las principales evidencias y señalar caminos para el mejoramiento de los servicios. La investigación evidenció avances en el diagnóstico precoz y en la implementación de estrategias de intervención para niños con Trastorno del Espectro Autista, especialmente en áreas urbanas. No obstante, persisten desafíos estructurales, como las desigualdades regionales, la escasez de profesionales capacitados, la sobrecarga en los servicios especializados y las debilidades en el seguimiento continuo. Se observa que la capacitación de los cuidadores, el uso de métodos de comunicación alternativa y la intervención temprana constituyen elementos clave para la efectividad del cuidado, aunque aún limitados a contextos específicos. Se concluye que la superación de estas brechas requiere políticas públicas más consistentes, protocolos nacionales de cribado, ampliación de la red de servicios e integración intersectorial, con el fin de garantizar una atención integral, equitativa y humanizada a los niños con Trastorno del Espectro Autista y sus familias.

Palabras clave: Transtorno del Espectro Autista. Salud Pública. Diagnóstico Precoz. Política de Salud.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação social, dificuldades na interação e comportamentos repetitivos e restritivos. Há ampla variabilidade na maneira e na intensidade com que esses déficits se expressam, o que leva a um processo diagnóstico longo e complexo, que deve ser baseado na observação do indivíduo e no relato de seus cuidadores e familiares, visto que são estes que possuem maior contato com a criança (Sandri; Pereira; Corrêa, 2022).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal responsável por oferecer assistência médica à população, incluindo as crianças diagnosticadas com TEA. Nesse contexto, a atenção à pessoa com TEA, assim como para todos os outros usuários do SUS, tem na Atenção Primária à Saúde (APS) sua porta principal de entrada. Na APS, desenvolvem-se ações de acolhimento e de acompanhamento referentes ao desenvolvimento infantil em geral (Silva *et al.*, 2024).

De acordo com Pitz, Gallina e Schultz (2021), o diagnóstico precoce é essencial para que crianças com TEA possam receber intervenções terapêuticas que estimulem o desenvolvimento cognitivo, motor e social. No entanto, estudos apontam que, no Brasil, ainda há um longo caminho a percorrer para que essa identificação ocorra de maneira eficaz nos serviços públicos de saúde. A triagem do TEA, muitas vezes, é realizada de maneira tardia, impactando

1601

negativamente o prognóstico dessas crianças.

A capacitação dos profissionais de saúde para a identificação dos primeiros sinais do TEA é um fator determinante para garantir um diagnóstico mais ágil e preciso. No entanto, pesquisas apontam que muitos enfermeiros e médicos da atenção primária desconhecem os protocolos de triagem e diagnóstico do transtorno, o que dificulta o encaminhamento adequado para serviços especializados. Isso revela uma lacuna significativa no treinamento dos profissionais que atuam na linha de frente do atendimento infantil (Rodrigues; Queiroz; Camelo, 2021).

Estudos mostram que o perfil epidemiológico do TEA varia conforme fatores genéticos, ambientais e sociais. No Brasil, a prevalência do transtorno ainda é subestimada, devido à escassez de dados precisos e à dificuldade no diagnóstico precoce. O acesso a informações detalhadas sobre a incidência do TEA na população pediátrica pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a ampliação dos serviços especializados no SUS (Maenner *et al.*, 2023).

Outro desafio observado refere-se às dificuldades relacionadas à compreensão sobre a condição, como descrever o transtorno, incluindo sua definição, conceito, causas e instrumentos de triagem e intervenção para uso (Silva *et al.*, 2024). Além disso, a enfermagem tem a tarefa de apresentar estratégias para o cuidado da criança com TEA em ambiente hospitalar, compreendendo as dificuldades da prática clínica e viabilizando um atendimento que priorize a socialização infantil e o desenvolvimento cognitivo e emocional (Sousa; Abreu; Bubaduê, 2024).

É evidente que pacientes com Transtorno do Espectro Autista necessitam de uma assistência integral e especializada, adaptada às suas limitações e necessidades específicas (Santos *et al.*, 2025). Nesse contexto, a carência de investimentos em centros especializados para o atendimento de crianças com TEA compromete diretamente a qualidade da assistência prestada, além de acentuar as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, como apontam Magalhães *et al.* (2022).

A assistência de enfermagem a pacientes com TEA é excepcionalmente importante, pois a enfermagem é a ciência e a arte de assistir o paciente com conhecimento científico, um cuidado atento às necessidades do outro e numa perspectiva holística (Magalhães *et al.*, 2020). Cabe ao enfermeiro promover aos pais ou cuidadores o apoio necessário para o enfrentamento da condição apresentada, de modo que haja um alinhamento na prática de cuidado e atenção, tendo em vista a continuidade da assistência humanizada na unidade e no âmbito familiar (Moura; Tonon, 2022).

1602

No mesmo sentido, Pitz, Gallina e Schultz (2021) defendem que o papel da enfermagem na triagem e no acompanhamento dessas crianças deve ser enfatizado. Para os autores, a inserção de protocolos padronizados nas consultas de puericultura representa uma ferramenta importante para a identificação precoce dos sinais do transtorno, o que pode possibilitar um encaminhamento mais célere aos serviços especializados.

De acordo com Magalhães *et al.* (2022), outro aspecto crucial para o cuidado integral da criança com TEA é a inclusão escolar e a articulação entre os setores de saúde e educação. Contudo, a falta de comunicação efetiva entre esses setores compromete a continuidade do cuidado e dificulta o processo de adaptação ao ambiente escolar. Isso demonstra a importância da equipe multiprofissional em articular a rede de apoio, transformando-se em agente de proteção dos direitos e ampliação da rede (Loos *et al.*, 2023).

A maioria dos profissionais de enfermagem não está preparada para atuar na assistência à criança com TEA. O tema é pouco abordado durante sua formação, fazendo com que os

profissionais se sintam inseguros e incapazes de prestar assistência a essa criança e sua família. Dessa forma, a existência dessa lacuna permite sugerir que é necessário criar políticas públicas para incentivar o enfermeiro a capacitar-se (Soeltl; Fernandes; Camillo, 2021).

Nesse sentido, Marcolino *et al.* (2020) destacam que pessoas com deficiência estão mais expostas a diferentes formas de violência, muitas vezes confundidas com comportamentos típicos do próprio transtorno, como introspecção ou autoagressão. Isso evidencia a necessidade de que os profissionais conheçam bem as características do transtorno e saibam conduzir o manejo do paciente de forma cuidadosa e atenta, mesmo na ausência de um acompanhante, garantindo que sinais de violência não passem despercebidos.

Além disso, conforme Alvim (2020), a produção de conhecimento científico sobre o tema revela-se indispensável para compreender os múltiplos desafios enfrentados tanto pelas famílias quanto pelos profissionais de saúde na assistência às crianças com TEA. Assim, estudos bem conduzidos podem oferecer subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, bem como para a adoção de práticas embasadas em evidências.

Diante de todo esse cenário, o presente estudo propõe-se a analisar a assistência prestada às crianças com TEA nos serviços públicos de saúde no Brasil, com o intuito de identificar lacunas existentes e, a partir disso, propor melhorias concretas. A relevância desta investigação reside na possibilidade de mapear deficiências no atendimento, subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes e promovendo inclusão e equidade. Além disso, ao apontar caminhos para a melhoria da qualidade do cuidado, o estudo contribui diretamente para o bem-estar das crianças com TEA e de suas famílias.

Por fim, é fundamental retomar a questão norteadora que orienta esta pesquisa: como os serviços de saúde pública no Brasil podem oferecer assistência eficaz e acessível às crianças com Transtorno do Espectro Autista? Essa reflexão evidencia a relevância do estudo, uma vez que a disponibilidade, qualidade e equidade dos serviços de saúde impactam diretamente o desenvolvimento, a inclusão social e a qualidade de vida dessas crianças e de suas famílias. Diante desse contexto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as evidências científicas sobre a assistência prestada às crianças com TEA.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que abordará a assistência à saúde de crianças com Transtorno do Espectro Autista nos serviços públicos de

saúde. De acordo com Cabral *et al.* (2023), a revisão integrativa é uma ferramenta da prática baseada em evidências que permite reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas já publicadas, desenvolvendo-se a partir da análise de fontes secundárias ou documentos disponíveis em meios impressos ou eletrônicos. Esse tipo de revisão contribui para a identificação de lacunas no conhecimento científico e orienta o aprimoramento das práticas em saúde.

Ainda sobre Cabral *et al.* (2023), a pesquisa bibliográfica compreende seis etapas: a definição da questão de pesquisa, a busca e seleção sistemática dos estudos, a avaliação crítica das publicações, a análise e interpretação dos resultados e a apresentação estruturada da síntese obtida, garantindo consistência metodológica e relevância científica.

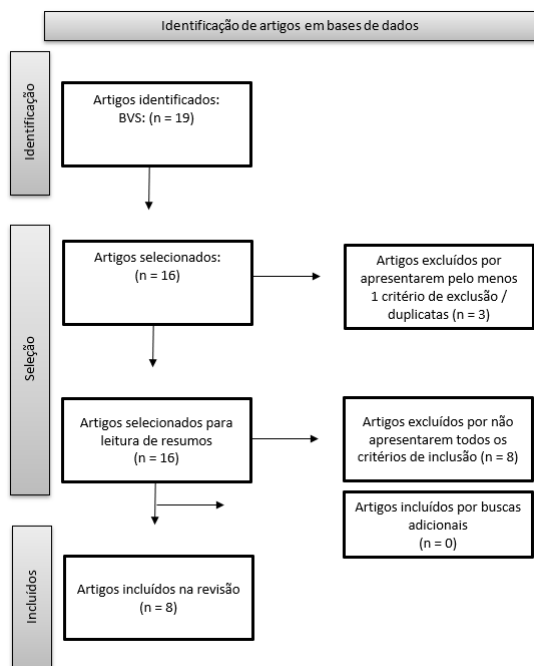
Neste trabalho, foram utilizados materiais disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As bases de dados consultadas foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). A busca sistematizada foi realizada com a utilização das palavras-chave “Transtorno do Espectro Autista”, “Autismo”, “Serviços de saúde pública”, “Sistema Único de Saúde”, “Atenção primária à saúde” e “Crianças”, combinadas pelo operador booleano AND.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados no período de 2020 a 2025 que tenham uma abordagem qualitativa, quantitativa ou de revisão, disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol, e que se relacionem ao tema proposto. Os critérios de exclusão foram trabalhos que não se relacionem ao tema, estudos que abordem exclusivamente adultos com TEA, pesquisas focadas apenas em aspectos educacionais, sem relação direta com a assistência em saúde, e documentos duplicados ou incompletos, bem como resumos sem acesso ao texto completo.

A coleta dos dados foi realizada após a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados nas bases de dados selecionadas. A partir dessa triagem inicial, foi efetuada uma análise criteriosa dos estudos, priorizando aqueles que apresentassem maior pertinência com a temática proposta. Cada artigo foi submetido a uma primeira leitura exploratória, na qual foram extraídas informações como: título do estudo, autores, ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, resultados e conclusões. Posteriormente, os dados foram organizados em uma tabela analítica, permitindo a comparação entre os estudos, a identificação de temas recorrentes, lacunas existentes na literatura e boas práticas no atendimento de crianças com TEA no contexto do SUS. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem temática,

agrupando os achados conforme as semelhanças e as relações entre os conteúdos dos artigos. Por fim, foi elaborada a redação descritiva do relatório final, apresentada na forma de artigo científico (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma da metodologia da etapa de seleção e inclusão dos estudos.



Fonte: Autoria própria.

1605

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 a seguir apresenta a caracterização dos manuscritos selecionados para o presente estudo, contemplando informações referentes ao autor e ano de publicação, objetivos, metodologia empregada e principais resultados.

Quadro 1 – Caracterização dos manuscritos selecionados para a amostra.

Autor e ano	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
Girianelli <i>et al.</i> , 2023	Analisar o diagnóstico precoce de autismo e outros transtornos do desenvolvimento no Brasil (2013-2019)	Estudo epidemiológico retrospectivo com dados nacionais de saúde	Identificou aumento gradual no diagnóstico precoce; maior concentração de casos em regiões urbanas e em meninos; evidenciou desigualdades regionais no acesso ao diagnóstico.
Gomes <i>et al.</i> , 2022	Avaliar a capacitação de cuidadores de crianças com autismo via SUS	Estudo de intervenção com avaliação de conhecimento e habilidades de cuidadores	Cuidadores apresentaram melhoria significativa no conhecimento e na aplicação de estratégias de intervenção; fortalecimento do vínculo e da rotina terapêutica das crianças.

Morato; Pereira; Silva, 2023	Investigar percepções de familiares sobre práticas de intervenção precoce	Estudo qualitativo com entrevistas semi-estruturadas em centro de reabilitação	Famílias relataram valorização da intervenção precoce, mas apontaram lacunas em acompanhamento contínuo, acesso a serviços e suporte familiar.
Santos, 2025	Analisar o cuidado a crianças e adolescentes com autismo no SUS em Francisco Morato	Estudo de caso com análise documental, entrevistas e observação	Evidenciou limitações na oferta de serviços, alta demanda e necessidade de qualificação contínua de profissionais; apontou importância do acompanhamento individualizado e interdisciplinar.
Tamanaha <i>et al.</i> , 2023	Implementar o Programa PECS em crianças com autismo	Estudo de intervenção com aplicação do sistema PECS e avaliação de comunicação	Melhora significativa na comunicação funcional e social das crianças; reforço da importância de sistemas alternativos de comunicação no manejo do TEA.
Tomazelli; Fernandes, 2021	Caracterizar casos com transtorno global do desenvolvimento atendidos em CAPS	Estudo descritivo com análise de prontuários do período 2014-2017	Predomínio de meninos; maior incidência de TEA; muitos casos apresentaram comorbidades; evidenciou necessidade de protocolos padronizados nos CAPS.
Tomazelli; Girianelli; Fernandes, 2023	Analisar incidência de transtorno global do desenvolvimento em crianças a partir de dados dos CAPSi	Estudo epidemiológico com análise de prontuários e registros clínicos	Confirmou maior incidência em crianças menores de 6 anos; meninos mais acometidos; reforçou importância de detecção precoce e acompanhamento contínuo nos CAPSi.

Fonte: Autoria própria.

1606

A análise dos estudos recentes acerca do diagnóstico e manejo de crianças com Transtorno do Espectro Autista e outros transtornos globais do desenvolvimento revela um panorama multifacetado, caracterizado por avanços significativos na detecção precoce, mas concomitantemente permeado por desafios estruturais e sociais. Girianelli *et al.* (2023), em estudo epidemiológico nacional, evidenciam que, entre 2013 e 2019, houve um incremento progressivo nos diagnósticos precoces de TEA, sobretudo em meninos e em regiões urbanas do país. Tal constatação aponta não apenas para a ampliação do acesso a serviços especializados, mas também para desigualdades regionais que ainda persistem, refletindo barreiras de infraestrutura, escassez de profissionais capacitados e desigualdade na distribuição de centros de atenção psicossocial.

Nesse mesmo contexto, a capacitação de cuidadores emerge como componente imprescindível para a efetividade das intervenções terapêuticas, como demonstrado por Gomes *et al.* (2022). O estudo evidencia que programas de treinamento direcionados a cuidadores no âmbito do SUS propiciam aprimoramento do conhecimento técnico e das habilidades práticas,

promovendo maior engajamento familiar, fortalecimento do vínculo afetivo e consequente otimização do desenvolvimento funcional e social da criança. A interface entre o cuidado familiar e a intervenção institucional revela-se, portanto, determinante para a consolidação de práticas terapêuticas eficazes e continuadas.

A relevância da percepção familiar é corroborada pelos achados de Morato, Pereira e Silva (2023), que, mediante entrevistas semiestruturadas em centros especializados de reabilitação, demonstram que os familiares valorizam sobremaneira a intervenção precoce, reconhecendo seus impactos positivos na comunicação, na autonomia e na socialização das crianças. Contudo, essas mesmas famílias assinalam lacunas estruturais, como dificuldades no acompanhamento longitudinal, limitação de recursos terapêuticos e suporte insuficiente aos cuidadores, revelando a necessidade de políticas públicas que articulem oferta de serviços, capacitação profissional e suporte familiar de forma integrada.

Em consonância, Santos (2025), em estudo de caso no SUS de Francisco Morato, evidencia que, embora exista esforço institucional para o atendimento de crianças e adolescentes com TEA, ainda persistem limitações significativas na cobertura dos serviços e na qualificação contínua dos profissionais. A pesquisa destaca, igualmente, a imprescindibilidade de um acompanhamento individualizado e interdisciplinar, que conjugue esforços de profissionais de diferentes áreas para maximizar o potencial terapêutico e minimizar prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial das crianças atendidas.

1607

Complementando essas perspectivas, Tamanaha *et al.* (2023) demonstram, por meio da implementação do *Picture Exchange Communication System* (PECS), que intervenções estruturadas de comunicação alternativa promovem melhoria substancial na comunicação funcional e social das crianças com TEA. Este achado reforça a centralidade de estratégias pedagógicas e terapêuticas inovadoras, que transcendem a mera intervenção clínica, atuando de forma integrativa no cotidiano da criança e ampliando suas oportunidades de interação e aprendizagem.

Do ponto de vista institucional, estudos sobre a atuação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) delineiam um perfil detalhado das crianças atendidas e das demandas apresentadas. Tomazelli e Fernandes (2021) e Tomazelli, Girianelli e Fernandes (2023) identificam predominância de casos em meninos, maior incidência de TEA em crianças menores de seis anos e presença frequente de comorbidades associadas. Tais evidências sublinham a necessidade de protocolos padronizados, capacitação contínua das equipes e

estratégias de detecção precoce, garantindo que os CAPSi possam atuar de forma eficiente e integrada, contemplando não apenas o tratamento clínico, mas também aspectos educacionais, sociais e familiares.

Assim, a convergência desses estudos evidencia que, embora o Brasil tenha avançado na detecção precoce e na implementação de programas de intervenção para crianças com TEA, persistem desafios estruturais, técnicos e sociais que demandam atenção estratégica. O fortalecimento da capacitação de cuidadores, a ampliação do acesso a intervenções inovadoras como o PECS e a consolidação de protocolos clínico-terapêuticos integrados constituem pilares indispensáveis para que o cuidado infantil seja efetivamente humanizado, eficiente e centrado nas necessidades biopsicossociais das crianças e de suas famílias.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo desta investigação evidenciou que a assistência às crianças com Transtorno do Espectro Autista no âmbito dos serviços de saúde pública brasileiros inscreve-se em um terreno de avanços normativos e iniciativas pontuais, mas ainda marcado por insuficiências estruturais, desigualdades regionais e descontinuidades assistenciais. O SUS, enquanto marco civilizatório da saúde coletiva no país, garante os princípios da universalidade, integralidade e equidade; todavia, a materialização desses princípios, quando se trata da população infantil com TEA, encontra-se tensionada por fragilidades no diagnóstico precoce, na organização dos fluxos de atendimento e na disponibilidade de serviços especializados.

Os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, apesar de desempenharem papel central na atenção, demonstram sobrecarga crônica, o que compromete a intensidade e a continuidade das intervenções. Da mesma forma, as ações de intervenção precoce, fundamentais para a potencialização das habilidades comunicacionais, cognitivas e socioafetivas, permanecem circunscritas a determinados contextos e não se universalizam como diretriz nacional. Essa limitação se traduz em percursos terapêuticos fragmentados, nos quais famílias enfrentam obstáculos para acessar serviços qualificados, prolongando o sofrimento e retardando ganhos potenciais no desenvolvimento das crianças. Constatou-se, ademais, que experiências inovadoras, como a capacitação de cuidadores no SUS e a incorporação de métodos de comunicação alternativa, ilustram caminhos possíveis para a ampliação da resolutividade e

da humanização do cuidado. Contudo, tais práticas necessitam ser sistematizadas e expandidas, evitando que permaneçam isoladas e desarticuladas da rede de saúde.

A pesquisa permite inferir que a efetividade da assistência requer o fortalecimento de políticas públicas consistentes, a implementação de protocolos nacionais de triagem precoce, a expansão da rede de serviços especializados e a valorização da formação continuada de profissionais. Igualmente, torna-se imprescindível a articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social, a fim de construir itinerários terapêuticos integrados e sensíveis às múltiplas necessidades da criança e de sua família. Assim, conclui-se que o enfrentamento das lacunas ainda existentes demanda uma agenda política e institucional comprometida com a equidade, a qualidade e a inclusão, reconhecendo o TEA como uma condição que exige cuidado longitudinal, interdisciplinar e socialmente referenciado. Somente mediante tal perspectiva será possível assegurar às crianças com TEA, e às suas famílias, uma assistência que transcenda a dimensão biomédica e se constitua como um direito efetivamente garantido e exercido em sua plenitude.

Apesar dos esforços realizados para conduzir uma revisão integrativa rigorosa, este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, a seleção de artigos foi restrita às bases de dados LILACS e BDNF, bem como ao período de 2020 a 2025, o que poderá restringir a abrangência das evidências analisadas. Além disso, a predominância de estudos de revisão, relatos de caso e trabalhos observacionais poderá limitar a profundidade das conclusões e a generalização dos achados. Quanto à questão norteadora, sobre como os serviços de saúde pública no Brasil oferecem assistência eficaz e acessível às crianças com TEA, os resultados fornecem um panorama das estratégias adotadas, boas práticas identificadas e lacunas existentes, mas não permitem uma avaliação completa da efetividade e acessibilidade em todas as regiões do país. Recomenda-se que futuros estudos realizem pesquisas primárias com amostras mais amplas, avaliações longitudinais e análises comparativas entre diferentes contextos regionais, de modo a subsidiar políticas públicas mais eficazes e fundamentadas em evidências para a assistência à saúde de crianças com TEA nos serviços de saúde pública.

REFERÊNCIAS

ALVIM, R. J. Perfil epidemiológico do Transtorno do Espectro Autista na população pediátrica em um hospital terciário do estado do Rio de Janeiro. 2020. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Pesquisa Aplicada à Saúde da Criança e da Mulher) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

CABRAL, M. V. A. et al. ANÁLISE DOS ASPECTOS GERAIS E AS ETAPAS DA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 4, 2023.

GIRIANELLI, V. R. et al. Diagnóstico precoce do autismo e outros transtornos do desenvolvimento, Brasil, 2013-2019. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, n. 21, 2023.

GOMES, C. G. S. et al. Capacitação de Cuidadores de Crianças com Autismo em Intervenção via SUS. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 24, n. 3, 2022.

LOOS, C. A. et al. Rede de apoio às famílias de crianças com transtorno do espectro autista. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 22, 2023.

MAENNER, M. J. et al. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years—Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 sites, United States, 2020. *Surveillance Summaries*, v. 72, n. 2, p. 1-14, 2023.

MAGALHÃES, J. M. et al. Assistência de enfermagem à criança autista: revisão integrativa. *Enfermería Global*, v. 19, n. 2, p. 531-559, 2020.

MAGALHÃES, J. M. et al. Diagnósticos e intervenções de enfermagem em crianças com transtorno do espectro autista: perspectiva para o autocuidado. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 36, 2022.

MARCOLINO, L. C. M. et al. Reflections on violence related to people with autism spectrum disorder. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 5, p. 11674-11684, 2020.

MORATO, A. P.; PEREIRA, A. P. S.; SILVA, C. C. B. Percepções de familiares sobre as práticas de intervenção precoce na infância em um centro especializado de reabilitação. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, e33073, 2023.

MOURA, V. M.; TONON, T. C. A. O papel do enfermeiro na assistência a crianças com transtorno do espectro autista. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, e418111537551, 2022.

PITZ, I. S. C.; GALLINA, F.; SCHULTZ, L. F. Indicadores para triagem do transtorno do espectro autista e sua aplicabilidade na consulta de puericultura: conhecimento das enfermeiras. *Revista APS*, v. 24, n. 2, p. 282-295, 2021.

RODRIGUES, M. R. C.; QUEIROZ, R. S. A.; CAMELO, M. S. Assistência de enfermagem a pacientes com transtorno do espectro autista. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, v. 3, n. 4, 2021.

SANDRI, J. V. A.; PEREIRA, I. A.; CORRÊA, T. G. L. P. Cuidado à pessoa com transtorno do espectro do autismo e sua família em pronto atendimento. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, v. 43, n. 2, p. 251-262, 2022.

SANTOS, L. H. F. R. Cuidado ofertado a crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista no SUS de Francisco Morato: um estudo de caso. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde, São Paulo, 2025.

SANTOS, L. M. C. et al. Assistência de enfermagem a pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Revista Nursing*, v. 29, n. 320, p. 10444-10451, 2025.

SILVA, G. C. et al. Atendimento de crianças com autismo na atenção primária sob a perspectiva das mães. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 98, n. 3, e024384, 2024.

SILVA, M. V. B. et al. Desafios e potencialidades do cuidado de enfermagem ao binômio mãe-filho no transtorno do espectro autista. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 98, n. 1, e024272, 2024.

SOELTL, S. B.; FERNANDES, I. C.; CAMILLO, S. O. O conhecimento da equipe de enfermagem acerca dos transtornos autísticos em crianças à luz da teoria do cuidado humano. *ABCS Health Sciences*, v. 46, e021206, 2021.

SOUSA, V. F.; ABREU, M. F.; BUBADUÉ, R. M. Enfermagem no Cuidado de Crianças com Transtorno de Espectro Autista. *Revista*, v. 13, n. 2, p. 387-396, 2024.

TAMANHA, A. C. et al. Programa de Implementação do Picture Exchange Communication System (PECS) para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. *CoDAS*, v. 35, n. 4, e20210305, 2023.

TOMAZELLI, J.; FERNANDES, C. Centros de Atenção Psicossocial e o perfil dos casos com transtorno global do desenvolvimento no Brasil, 2014-2017. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, e310221, 2021. 1611

TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V. R.; FERNANDES, C. S. Incidência de transtorno global do desenvolvimento em crianças: características e análise a partir dos CAPSi. *Psicologia USP*, v. 34, e210002, 2023.